

Comunicação rejeita os dois conselhos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Conselho Editorial e o Conselho Nacional de Comunicação foram excluídos do relatório final que a Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação irá encaminhar à comissão temática, por decisão de 13 parlamentares que votaram contra a proposta da relatora, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). Ela deixou o plenário juntamente com mais sete parlamentares, no momento em que foi colocada em discussão a instituição do Conselho Nacional de Comunicação. A relatora vai recorrer: "Pela deliberada ocorrência de fraude, vou recorrer à Comissão de Sistematização, apra anular a votação desse item."

Os deputados que votaram contra o Conselho Nacional de Comunicação destacaram que seria incoerente criar mais um conselho neste país para legislar sobre um assunto que cabe ao Congresso Nacional definir. Segundo o deputado Fausto Rocha (PFL-SP), seria desnecessária a criação de um conselho "integrado pelas chamadas entidades representativas da sociedade civil, que falam todas a mesma linguagem", quando existe o Congresso Nacional, constituído por representantes legítimos da sociedade.

Em relação ao Conselho Editorial, a maioria dos parlamentares da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação reconheceu que isso seria impraticável. Eles ressaltaram que isso, ao invés de democratizar, iria tolher a liberdade de imprensa. E muitos, à exemplo de Fausto Rocha, concordaram que se o profissional não concorda com a linha editorial de sua empresa, deve

montar o seu próprio veículo de comunicação.

Depois de quase cinco horas de sessão, num clima muito tenso e agitado, o deputado José Carlos Martinez (PMDB-PR) apresentou o seguinte substitutivo ao artigo 16 do relatório da deputada Cristina Tavares, que institua o Conselho Nacional de Comunicação: Compete à União, ad referendum do Congresso Nacional, aprovar e renovar concessões de canais de rádio e televisão. As concessões ou autorizações serão feitas por prazo determinado, nunca superior a 15 anos, e só poderão ser suspensas ou cassadas pelo Poder Judiciário.

Após a leitura desse substitutivo, os parlamentares que estavam de acordo com o relatório de Cristina Tavares consideraram que a proposta do deputado José Carlos Martinez não dizia respeito ao artigo 16 do relatório, mas sim ao artigo 17 que dispunha sobre a competência do Conselho Nacional de Comunicação. Sem um entendimento entre os parlamentares dos dois blocos, o presidente da subcomissão, deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ), começou a votação do substitutivo. Neste momento o deputado Carlos Alberto Caç (PDT-RJ) disse, bastante exaltado: "Estão querendo derrubar deliberadamente o Conselho Nacional de Comunicação. Vou virar a mesa".

A partir daí, a agitação já havia tomado conta dos demais parlamentares partidários da deputada Cristina Tavares. E quando a deputada declarou que "isso que está ocorrendo é uma agressão à Assembléia Nacional Constituinte, e além de tudo a sessão está sendo presidida por um promotor", os parlamentares de seu bloco se levantaram e se recusaram a

participar do final da votação do relatório da subcomissão. Após a saída desses parlamentares, foi votado o artigo que institua o Conselho Editorial, que também foi derrubado. Desde o início da votação do relatório, na manhã de anteontem, vários parlamentares já informavam a sua discordância com o relatório da deputada.

Ao sair da subcomissão, a deputada Cristina Tavares disse que "O que acabou de ocorrer foi uma farsa". Segundo ela, é lamentável que políticos do próprio PMDB, "que aprovou a instituição do Conselho Nacional de Comunicação", tenham votado contra. No seu entender, "O PMDB está chegando a um ponto de deterioração e apesar de ser uma das fundadoras do partido sinto que desse jeito o partido tende a se acabar".

CONSTRANGIMENTO
A deputada Cristina Tavares disse que um dos argumentos que usará na representação à Comissão de Sistematização "é o desabafo feito a mim, pelo deputado Onofre Correia (PMDB-MA) — e 1º vice-presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação — em que ele revelou que estava sendo vítima de grande constrangimento, por ter sido pressionado pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, a votar contra o Conselho".

Além desse fato, o deputado Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG) disse ao presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FenaJ), Armando Rollemberg — segundo relato deste à deputada, que às 5 horas da manhã de ontem havia recebido um telefonema do governador Newton Cardoso, em que ele dizia que, se Vasconcelos votasse a favor do Conselho, teria a cabeça decepada.



Cristina protesta contra rejeição de sua proposta

Relator mantém a mesma função para militares

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O parecer da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de Sua Segurança já está pronto, com várias emendas, mas o relator Ricardo Flúza (PFL-PE) resolveu não alterar as principais destinações constitucionais das Forças Armadas, até mesmo a discutida atuação na defesa interna, além dos conceitos fundamentais de segurança nacional e o serviço militar obrigatório. O próprio deputado confirmou que o lobby militar esteve presente: "Tive mesmo a colaboração das Forças Armadas e é com muito prazer que digo isso. Fiquei muito feliz em receber no meu apartamento (onde elaborou o relatório) e trabalhar recebendo sua colaboração sensata, os coronéis Werlon Coaracy Roure, Ubiratan de Athayde Marcondes e Edson de Oliveira Goulart" (todos assessores parlamentares do Exército).

O novo parecer será votado hoje, às 14 horas, e é provável que seja pedida a votação separada de cada uma das 224 emendas, e não em bloco.

Atendendo a uma tese dos setores liberais, Ricardo Flúza se permitiu uma alteração no capítulo referente às Forças Armadas: retirou a expressão "dentro dos limites da lei", segundo a qual os militares não devem obediência absoluta ao presidente da República, senão "dentro dos limites da lei", segundo algumas interpretações.

Outra medida adotada no relatório de Flúza que os deputados Antônio Pedrosa (PMDB-SP) e José Genofino (PT-SP) consideraram avançada foi dar ao Congresso Nacional a competência de designar sete representantes — os presidentes da Câmara e do Senado mais cinco parlamentares — para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas de exceção. Mesmo a decretação do estado de sítio e do de Defesa (que viria a substituir o estado de emergência) teria de ser aprovada por no mínimo dois

terços dos membros da Câmara e do Senado. No mesmo capítulo, o novo parecer acaba com o princípio de sessão reservada para decretação do estado de sítio. Ao lado dessas medidas de valorização do Congresso, o Conselho de Segurança Nacional perde sua atribuição de ser ouvido previamente nos casos de medidas de exceção.

No novo relatório da Subcomissão de Defesa, a Censura Federal passa a se chamar Serviço Classificador de Diversões Públicas, mas continuará ligada à Polícia Federal. Paralelamente, o relatório devolve à PF a atribuição de lutar contra o tráfico de drogas e entorpecentes, função que no primeiro relatório havia sido retirada do órgão.

ASSESSORIA FORTE

O deputado Ricardo Flúza chegou a ficar irritado com a pergunta que lhe fizeram sobre aceitar a colaboração de terceiros — os assessores militares — na conclusão do relatório. "Faço o que quero. Como existe um revanchismo psicológico de se ouvir militares, estou sob suspeita. Aceitei a colaboração e estou disposto a dizer isso na comissão."

Há alguns dias se ouvem na subcomissão informações de intervenção direta de assessores parlamentares do Exército no texto do deputado pernambucano, que teria aceitado extensas considerações sobre segurança nacional e papel constitucional das Forças Armadas.

A assessoria dos militares já conseguiu outros sucessos, além do obtido na Subcomissão de Defesa. Na de Ciência e Tecnologia, fizeram com que não fosse aprovada a proibição de se instalar centrais nucleares no País, bem como fabricar, transportar e armazenar artefatos nucleares; na de Sistema Fundiário, impediram que se aprovasse a emenda de reforma agrária em campos militares de treinamento; na de Sistema Tributário, trabalharam pela reprovação de limitações de verbas para as Armas.

Microempresa fica isenta de impostos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A isenção de impostos federais e estaduais para a microempresa, que só seria tributada pelo município, e a redistribuição de receitas da União proporcionalmente à população é inversamente proporcional à renda foram os dois pontos mais importantes aprovados ontem pela Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas. Os constituintes continuaram discutindo e votando o relatório até a madrugada.

Segundo a proposta do deputado Afif Domingos (PL-SP), somente as prefeituras poderão aplicar impostos sobre as microempresas ou mesmo isentá-las. As microempresas seriam definidas em legislação posterior.

O princípio de redistribuição de receitas, aprovado para proporcionar mais dinheiro para as regiões menos desenvolvidas, foi contestada pelo segundo vice-presidente da subcomissão, deputado José Maria Eymael (PDC-SP). Segundo o parlamentar, a distribuição aprovada prejudica os Estados industrializados: São Paulo teria sua arrecadação reduzida em 9,6%.

O anteprojeto de tributação para a futura Constituição tem como intenção reduzir a participação da União, transferindo receitas maiores para os Estados e para os municípios. A centralização do poder tributário foi considerada pelos constituintes como a causa principal das dificuldades dessas unidades e do enfraquecimento do sistema federativo.

Cabral teme que crise se agrave

Os trabalhos da Constituinte ficaram prejudicados se a crise política — gerada com a divisão do PMDB e alimentada pelas divergências entre os parlamentares — deixar de ser um problema conjuntural, passando a atingir toda a estrutura da sociedade. A opinião é do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que ontem esteve no Palácio dos Bandeirantes.

O deputado reafirmou sua expectativa de que, na Constituinte, acabará prevalecendo a vontade da maioria, principalmente na questão do mandato do presidente Sarney. A divisão de opiniões entre alguns parlamentares e o próprio presidente não deve ser considerada um confronto: "Ocorre que uma palavra dita de forma enfática é diferente se for dita de forma amável. E o presidente foi enfático ao se pronunciar sobre a duração de seu mandato".

Na reunião com o governador Orestes Quércia, Bernardo Cabral discutiu os problemas administrativos que poderão surgir se não forem previstos pela futura Constituição. Entre as questões levantadas, o deputado citou a da distribuição de gás pelos Estados, lembrando que o assunto deve ser previamente debatido entre os governadores e os constituintes para que, depois, não se forme um quadro irreversível. Depois do encontro com Quércia, o relator da Comissão de Sistematização voltou a manifestar preocupação com a possibilidade de a crise política interferir no andamento dos trabalhos constitucionais.

Hoje, parecer da política agrária

A Subcomissão de Política Fundiária votará hoje seu relatório final, analisando o parecer do relator Oswaldo Lima Filho e um substitutivo do deputado Rosa Prata (PMDB-MG). Os principais pontos de confronto entre o anteprojeto apresentado pelo relator da subcomissão e o substitutivo são os seguintes:

Tamanho da propriedade — O relator limitou em seu anteprojeto a propriedade rural em cem módulos, ficando o excedente sujeito à desapropriação. O substitutivo não fala em limitação, condicionando a desapropriação às áreas comprovadamente improdutivas.

Indenização — Lima Filho propõe

a indenização ao desapropriado a partir do valor declarado pelo proprietário para o pagamento do Imposto Territorial Rural em títulos da dívida agrária. Em seu substitutivo, Rosa Prata defende o pagamento prévio de justa indenização — preços de mercado — em títulos da dívida agrária.

Defesa do desapropriado — O anteprojeto acaba com o direito de defesa do proprietário, que só poderia contestar ou discutir judicialmente o valor depositado pelo desapropriante. Já o substitutivo assegura "plena defesa ao desapropriado em prazos compatíveis com a urgência da medida".

Função e obrigação social — O anteprojeto e o substitutivo enume-

ram alguns pontos para caracterizar as propriedades que estão "cumprindo a sua função social", como define Rosa Prata, ou "obrigação social" como quer Lima Filho.

Política agrícola — O anteprojeto defende política agrícola estabelecida em plano quinquenal de desenvolvimento agrário, aprovado pelo Legislativo, envolvendo preços mínimos, crédito rural, seguro agrícola, assistência técnica, fiscalização, armazenamento e apoio ao cooperativismo. Rosa Prata propõe a aprovação de uma lei agrícola complementar a ser promulgada no prazo máximo de um ano, que envolveria a criação de um Conselho de Política Agrícola, que disporia sobre os instrumentos de política agrícola.

Aprovado Tribunal Constitucional

Anteprojeto da Subcomissão de Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, apresentada pelo seu relator, deputado João Hermann (PMDB/SP), foi aprovado ontem sem grandes dificuldades. Permaneceu no anteprojeto do relator um dos artigos que gerou mais polêmica antes da sua apresentação, o de nº 30, que estabelece como atribuição do Congresso Nacional "resolver definitivamente sobre os contratos de captação de recursos financeiros, no mercado internacional, celebrados pelos órgãos da administração direta e indireta, federal, estadual e municipal".

O anteprojeto do relator criou ainda o Tribunal Constitucional, que terá como atribuições principais o julgamento de litígios entre esta-

dos estrangeiros, organizações internacionais e a União, Estados, Distrito Federal e Territórios. Também deverá processar e julgar originariamente os chefes de missão diplomática de caráter permanente, nos crimes comuns e nos de responsabilidade.

Foi suprimido durante a votação apenas o artigo 36 do anteprojeto, que prevê a concessão de nacionalidade brasileira a todos os estrangeiros que se encontrem irregularmente no País, no prazo de cem dias a partir da promulgação da nova Constituição. Este era um dos pontos que o deputado João Hermann considerava como de difícil aprovação, mas insiste que levará o caso até a Comissão de Sistematização. A criação de um comitê de acompanhamento das

relações internacionais, proposta pelo relator, também poderá ser vetada na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Apesar de já existir as comissões de relações exteriores da Câmara e do Senado, o relator insiste que o comitê será de extrema importância para o assessoramento do Congresso Nacional.

Depois de longos entendimentos entre o relator e os constituintes membros da subcomissão, o anteprojeto foi aprovado sem nenhum pedido de destaque. Na próxima segunda-feira, o anteprojeto será entregue ao relator da Comissão de Soberania, Paulo Bizol, que terá, a partir daí, 10 dias para receber as emendas, analisar e apresentar um novo texto, para votação.